

## CENTRO PARALÍMPICO DE VOTUPORANGA: UMA ARQUITETURA DE PERTENCIMENTO PRIMITIVO

**DENICLAUDIO IZIDIO DE FARIAS  
MARIA JULIA BARBIERI EICHEMBERG  
TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA**

51

**Resumo:** Inspirado pelo conceito de pertencimento primitivo, que resgata o gesto ancestral de edificar com sentido a exemplo de Stonehenge, este trabalho investiga como a arquitetura pode emergir da paisagem. A proposta desenvolve um Centro Paralímpico em Votuporanga que não se impõe ao terreno, mas nasce dele, respondendo a uma demanda local e a uma motivação pessoal de transformar o esporte em ferramenta de inclusão. O objetivo é criar um equipamento de referência em arquitetura inclusiva, onde a conexão entre corpo, esporte e natureza seja o elemento estruturante e promotor da autonomia do usuário. A metodologia partiu da análise cuidadosa da topografia e da vegetação nativa, resultando em um partido arquitetônico organizado em platôs orgânicos. Os espaços de maior atividade física ocupam as áreas mais planas, enquanto os setores de reabilitação e alojamento se aproximam da vegetação preservada, proporcionando experiências sensoriais distintas. O programa de necessidades detalha espaços para 14 modalidades paralímpicas, além de setores de alojamento, saúde, reabilitação e um núcleo educacional com auditório e biblioteca. O projeto utiliza materiais como pedra, madeira, concreto aparente e amplos painéis de vidro para dissolver os limites entre o ambiente interno e externo. A acessibilidade universal é reforçada por "tótems" de orientação que carregam informações táteis em Braille e Libras, garantindo a navegação autônoma pelo espaço. Conclui-se que a proposta se consolida como um espaço que não apenas acolhe, mas transforma, estabelecendo um novo paradigma de arquitetura esportiva que celebra a simbiose entre o construído e o natural, com potencial para se tornar um marco de inclusão para a cidade.

**Palavras-chave:** acessibilidade urbana; arquitetura inclusiva; equipamento esportivo paralímpico; reabilitação e esporte.

**Referências:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Diretrizes para Centros Esportivos**. Brasília, DF: CPB, 2019.  
MACE, Ronald. Universal Design: Barrier Free Environments for Everyone. Raleigh: The Center for Universal Design, 1985.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

## CENTROS DE ACOLHIMENTO NO ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA DOMÉSTICA

**BEATRIZ BUENO THOMAZ  
TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA**

52

**Resumo:** A violência doméstica é um fenômeno social que afeta a vida de milhares de mulheres no Brasil e no mundo, se manifesta por diferentes formas de agressão dentro do ambiente familiar ou em relações de convivência íntima. A luta feminista, nesse cenário, emerge como um movimento político e social essencial, buscando romper com as desigualdades e propor novas formas de autonomia e liberdade para as mulheres. Este estudo busca compreender a relevância dos centros de acolhimento e das casas-abrigo como instrumentos fundamentais de proteção às vítimas, inicialmente fruto das reivindicações feministas, atualmente consolidadas como políticas públicas. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica e documental. No âmbito documental, foram analisadas legislações fundamentais para a proteção das mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que estabelece medidas de prevenção, assistência e proteção às vítimas de violência doméstica, e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que qualifica o homicídio de mulheres motivado por questões de gênero como crime hediondo. Complementarmente, foram consultadas obras teóricas que abordam a opressão de gênero e a dinâmica da transformação social, além da utilização de estudos de casos, permitindo compreender como diferentes centros de acolhimento e casas-abrigo foram projetados e estruturados em contextos variados. A análise desses exemplos possibilitou identificar diretrizes arquitetônicas voltadas à segurança, privacidade e acolhimento, além de observar soluções funcionais que favorecem a convivência e a reintegração social das mulheres atendidas. A criação de um centro de acolhimento visa representar as conquistas significativas, derivadas das lutas feministas, esses equipamentos sociais representam o resultado de décadas de mobilização. O projeto tem o intuito de abrigar 16 mulheres em situação de vulnerabilidade, juntamente com seus filhos. A estrutura contempla unidades habitacionais em formato de apartamentos, onde emprega a individualidade. Além disso, estão previstas áreas coletivas como salas destinadas ao acompanhamento psicológico individual e em grupo, e espaços de vivência, que promovem a socialização. Para atender às necessidades das crianças, o projeto incorpora um berçário, brinquedoteca e espaços de convivência ao ar livre. Dessa forma, o centro de acolhimento se apresenta não apenas como um abrigo temporário, mas como um ambiente planejado para favorecer a proteção, o bem-estar e o desenvolvimento pessoal das mulheres, cumprindo um papel estratégico na concretização das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

**Palavras-chave:** arquitetura; centro de acolhimento; políticas públicas; violência doméstica.

### **Referências:**

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2006/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/l11340.htm). Acesso em: 01 set. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

## **CLIMA ORGANIZACIONAL: INFLUÊNCIA DO PODER E POLÍTICA INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

**PAULO HENRIQUE MARTINS DE ANDRADE  
RODRIGO BERTOLOZZI**

54

**Resumo:** O clima organizacional reflete percepções, sensações e sentimentos dos colaboradores sobre o ambiente de trabalho, sendo uma métrica importante para alertar gestores e guiar decisões. Os sinais emitidos pelos seus colaboradores indicam o clima, podendo exprimir-se tanto de formas positivas quanto negativas, quando há maior comprometimento e engajamento no trabalho ou queda produtiva e estresse elevado, respectivamente. Sendo assim, o objetivo deste artigo foi analisar a influência do poder da liderança e dos comportamentos políticos na percepção do clima organizacional em uma instituição pública municipal. A metodologia incluiu uma revisão de literatura com análise em obras, artigos e autores relacionados ao tema para contextualização da problemática e uma pesquisa de campo de caráter qualitativa. Esta última coletou opiniões de funcionários da instituição sobre a abordagem de seus líderes, colegas de trabalho e demais fatores de interferência no clima. Os resultados obtidos na pesquisa permitiram uma análise geral da instituição, os quais indicaram alta satisfação dos funcionários. Contudo, apesar de líderes democráticos e flexíveis, houve apontamentos sobre comportamentos interpessoais que demandaram melhorias na relação entre colegas. Ademais, notou-se que a principal interferência no clima organizacional foi identificada como a falta de reconhecimento e geração de oportunidades de crescimento dentro da instituição. Portanto, concluiu-se que, embora o clima organizacional apresentasse aspectos positivos, foi fundamental abordar as inseguranças e o descontentamento dos colaboradores. Além disso, verificou-se a necessidade de focar na melhoria das relações interpessoais e no desenvolvimento de políticas de reconhecimento e crescimento, essenciais para a estabilidade e a qualidade do ambiente de trabalho na instituição.

**Palavras-chave:** clima organizacional; comportamento político; liderança; satisfação.

### **Referências:**

ARAÚJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timoty A.; SOBRAL, Felipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

**COMO RELACIONAMENTOS ABUSIVOS INFLUENCIAM OS CRIMES  
CONSAGRADOS POR MULHERES: ESTUDO DO CASO DE ELIZE  
MATSUNAGA**

**ISADORA FELICIANO FIGUEIREDO  
VITORYA SANTOS DOS REIS  
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI**

55

**Resumo:** O caso Matsunaga teve uma grande repercussão no território brasileiro, a reeducanda Elize Araújo Kitano Matsunaga, assassinou e esquartejou o marido no ano de 2012, sobre o pretexto de uma briga onde o cônjuge Marcos Kitano Matsunaga, empresário e herdeiro das indústrias Yoki, agrediu verbalmente e fisicamente (um tapa no rosto da criminosa) a esposa, de modo que a mesma, em um suposto estado de estresse psicológico, atirou no marido levando-o ao falecimento. Elize afirma que a segunda parte do delito, o esquartejamento, ocorreu em um momento de desespero, onde ela acreditava que havia necessidade de proteger a si mesma e a filha do casal, que na época do delito tinha apenas 4 anos, das repercussões do crime cometido. A dúvida suprema do caso foi, e para a população brasileira ainda é, se Elize reagiu a um relacionamento tóxico e a um histórico de vida com abusos tanto físicos quanto mentais, ou agiu de forma premeditada matando a vítima por motivações financeiras. Com base no que foi exposto e levando em conta o caso Matsunaga, o objetivo do artigo é analisar e reflexionar a partir do caso em tela, acerca da influência de relacionamentos abusivos nos crimes cometidos por mulheres, e se estes crimes partem do impacto da violência psicológica e da vulnerabilidade das mesmas. A metodologia qualitativa foi embasada em pesquisa bibliográfica condizentes ao tema, documentários, entrevistas, julgamentos e sites de pesquisa referente ao conteúdo. Foi verificado por meio das pesquisas que os crimes consagrados por mulheres em sua grande maioria são derivados dos abusos enfrentados ao decorrer de sua vida, sendo assim, compreendemos com o caso Matsunaga que Elize apesar de enquadrada como a agente criminosa devido às circunstâncias que a levaram a tal rótulo, também poderia ser denominada, com base nesta vertente, como vítima de abusos sofridos anteriormente que a influenciaram na consagração do crime. Apesar de tal conclusão social, apresentada durante o julgamento, o Ministério Público manteve a argumentação de que o crime foi premeditado, motivado por questões financeiras e emocionais, o que acabou sendo acolhido pelo conselho de sentença. A defesa até tentou enquadrar o crime como homicídio privilegiado, alegando legítima defesa e forte abalo emocional. A perícia, no entanto, confirmou que o disparo foi feito à curta distância, pelas costas da vítima, e que o corpo foi esquartejado com conhecimentos técnicos, o que remeteu à formação anterior de Elize como técnica em enfermagem além dos seus conhecimentos em caça, atividade que praticava em conjunto a vítima. O julgamento foi concluído em 2016 com a condenação da ré por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, sentenciada a 19 anos e 11 meses de prisão em regime fechado. Conclui-se assim que o caso Matsunaga, despertou debates sociais acerca dos crimes de autoria feminina influenciados por violência doméstica, e como uma suposta situação de extrema de fragilidade e acuamento mental e social pode levar um indivíduo cometer uma conduta criminosa, ainda que sob o olhar jurídico a condenação seja proferida.

**Palavras-chave:** direito penal; homicídio doloso; relacionamentos abusivos; elize matsunaga.

**Referências:**

CAMPBELL, Ulisses. **Elize Matsunaga**: a mulher que esquartejou o marido. São Paulo: Matrix, 2017. Disponível em: <https://www.livros1.com.br/pdf-read/livar/ELIZE-MATSUNAGA.pdf> Acesso em: 28 set. 2025.

56

CASO Elize Matsunaga. **JusBrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/caso-elize-matsunaga/1234637720>. Acesso em: 28 set. 2025.

**DOCUMENTÁRIO ELIZE MATSUNAGA**: era uma vez um crime. Direção: Eliza Capai. Produção: Netflix. São Paulo: Netflix, 2021. Documentário (4 episódios, cor, son.). Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81098012>. Acesso em: 28 set. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elize Matsunaga é condenada a 19 anos, 11 meses e um dia de prisão**. São Paulo, 05 dez. 2016. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/noticia?codigoNoticia=38319>. Acesso em: 28 set. 2025.

## COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: OS PERFIS DE LIDERANÇA E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DE UMA EQUIPE

CAROLINE MARANHO BATALHA  
MARINA APARECIDA RODRIGUES ELOI  
RODRIGO BERTOLOZZI

57

**Resumo:** A comunicação empresarial tem se tornado uma ferramenta essencial para o desenvolvimento eficaz dos processos organizacionais, configurando-se como um elemento estruturante que influencia na competitividade e no sucesso do negócio. Nesse contexto, o líder exerce papel fundamental ao influenciar a forma como a equipe interage, comprehende os objetivos e executa suas funções. Diante disso, surge a necessidade de analisar como os diferentes tipos de liderança interagem na comunicação e na gestão de equipes. O objetivo do artigo é investigar como o perfil comportamental de um líder pode afetar no progresso de uma equipe. O tema se justifica pela relevância da liderança comunicativa nas organizações contemporâneas, onde uma comunicação eficiente pode determinar o sucesso dos processos internos e dos resultados obtidos. A metodologia foi desenvolvida baseada em referências bibliográficas e em uma pesquisa de campo, realizada através questionários direcionados para os líderes e liderados de três empresas de portes diferentes, buscando compreender como o perfil de liderança pode impactar no desempenho em diferentes contextos. Os resultados demonstraram que as empresas de grande porte apresentam uma liderança democrática, com 100% dos liderados atribuindo notas máximas (5) em relação a desenvolvimento, escuta e transparência dos líderes, evidenciando uma comunicação estruturada e feedbacks frequentes, o que favorece o engajamento da equipe. Já os líderes de micro e pequena empresa mostram uma atuação mais centralizadora, resultado demonstrado através do questionário aplicado aos liderados, em que os mesmos indicadores que receberam nota máxima nas grandes empresas caem para a nota 3, refletindo uma comunicação limitada e poucos feedbacks, o que pode gerar um ambiente mais tenso e desmotivado. Portanto, conclui-se que a compreensão do impacto dos perfis de liderança sobre a comunicação dentro de uma organização é um fator estratégico para manter a competitividade no mercado. Ao investir na capacitação de líderes e no fortalecimento da comunicação, a empresa pode impulsionar o alcance de resultados mais consistentes e duradouros.

**Palavras-chave:** comunicação empresarial; desempenho organizacional; gestão de equipes; perfis de liderança

### Referências:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARCHIORI, Marlene (Org.). **Liderança e comunicação interna**. São Paulo: Difusão Editora, 2014.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. J. B. de A. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

## CULTURA BALLROOM E COMUNIDADE LGBTQIAP+: A POLÍTICA DO ACOLHIMENTO E O ÍMPETO DO CORPO QUEER.

**RAFAEL MORAES STEFANIN  
ANDRE TERUYA EICHEMBERG  
MARIA JULIA BARBIERI EICHEMBERG**

59

**Resumo:** A cultura ballroom, originada nas comunidades negras e latinas LGBTQIAP+ de Nova York, consolidou-se como espaço de resistência, acolhimento, afirmação identitária e catalisador criativo. As balls configuraram-se como eventos em que corpos queer, travestis e drag queens competem entre si, representando suas respectivas houses em categorias como realness, dança e moda. Essas categorias funcionam como celebrações comunitárias e expressões artísticas, nas quais a casa que obtém maior pontuação recebe o prêmio em nome da house. No Brasil, o fenômeno expande-se como prática política e cultural, especialmente em contextos urbanos. A partir dessa introdução, o presente trabalho teve como objetivo discutir de que modo a cultura ballroom pode dialogar com a arquitetura. Propõe-se, na prática, a revitalização de um edifício de arquitetura fabril do Complexo Swift, especificamente o Graneleiro, localizado em São José do Rio Preto (SP), a fim de travesti-lo em um corpo em transição voltado à comunidade LGBTQIAP+. A pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão bibliográfica, com base em autores como Judith Butler, Paul B. Preciado e Marlon M. Bailey, e incluiu o estudo de experiências comunitárias, buscando compreender seus costumes, necessidades e expectativas. Como resultado, pôde-se travestir o edifício em um espaço multifuncional que concilie memória histórica e novas demandas sociais, com salão para balls, áreas de criação, dormitórios temporários e espaços de acolhimento psicossocial. Concluiu-se que a arquitetura pode atuar como ferramenta de fortalecimento ao reconhecer corpos queer e suas vivências como dignas de memória, futuro e pertencimento.

**Palavras-chave:** acolhimento; arquitetura; cultura ballroom; lgbtqia+.

### **Referências:**

BAILEY, Marlon M. **Butch queens up in pumps:** gender, performance, and ballroom culture in Detroit. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRIALES-UNZUETA, José. From underground subculture to global phenomenon: an oral history of ballroom within mainstream culture. **Vogue**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vogue.com/article/oral-history-ballroom-pride-2023>. Acesso em: 22 set. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

## CYBERBULLYING E A RESPONZABILIZAÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO

EVELYN LUIZA DA SILVA DOMINGOS  
LUÍSA RIEDEL DE LUCENA  
MARIA EDUARDA MARÇAL SILVA  
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI

61

**Resumo:** O estudo aborda o fenômeno do cyberbullying sob uma perspectiva interdisciplinar, relacionando o Direito Penal e a Psicologia. O cyberbullying, caracterizado por agressões virtuais, tem se tornado um problema social crescente, especialmente entre jovens, gerando impactos significativos tanto na esfera jurídica quanto na psicológica. No campo penal, discute-se sua tipificação, a aplicação de crimes já previstos no ordenamento jurídico, como injúria, difamação, ameaça e stalking, além das dificuldades probatórias no ambiente digital. Sob o olhar psicológico, analisa-se os efeitos emocionais nas vítimas, como ansiedade, depressão e risco de suicídio. O objetivo é analisar a responsabilidade penal do cyberbullying no ordenamento jurídico brasileiro, descrevendo as práticas que o caracterizam, suas consequências e danos, e como os agressores são penalizados de acordo com as normas brasileiras. Como metodologia, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo de premissas gerais acerca do tema e alcançando patamares de concretude sob o ponto em análise. A pesquisa foi empírica e exploratória, baseada em entrevistas com advogados especialistas em Direito Penal e psicólogos clínicos para compreender a amplitude do problema e possíveis soluções conjuntas. A pesquisa verificou, os danos, através do simples ódio gratuito por parte do agressor em relação à vítima, pode ser manifestado pela divulgação de imagens ou vídeos, caracterizando perseguição e humilhação. Com isso as vítimas podem enfrentar isolamento social, depressão, síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, automutilação, autodepreciação, até mesmo, nos casos mais extremos, suicídio. Conclui-se que a norma-sanção é necessária para que a crença de que o meio digital é um ambiente onde a ilegalidade impera, e que os crimes ali praticados não são devidamente punidos, estimula o aumento dos crimes virtuais. A falta de crédito na capacidade punitiva da sociedade digital levaria a um aumento ainda maior desses crimes.

**Palavras-chave:** bullying; cyberbullying; direito penal; psicologia.

### Referências:

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Lívia Rebeca Gramajo. A ineficácia da punibilidade do cyberbullying Brasil. **Revista educa mais**, ano 2020, v. 4, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1819> acesso 10 de outubro 2025.

RIBEIRO, Neide Aparecida. **Cyberbullying**: práticas e consequências da violência virtual na escola. 1. ed. Brasília: JusPODIVM, 2019.

RIBEIRO, Thiago de Lima. **O direito aplicado ao cyberbullying: honra e imagem nas redes sociais.** Curitiba: Editora InterSaber, 2021.

SCHREIBER, Fernando Cesar de Castro; ANTUNES, Maria Cristina. Cyberbullying: do virtual ao psicológico. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 35, n. 88, São Paulo, jan. 2015.

**DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ À INCLUSÃO ACADÊMICA:  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO DO DIREITO APÓS 1988****AMANDA RAQUIELLI DOS SANTOS****GABRIELLY SANTANA BELASCO****MARIA EDUARDA VITOLO BERTI****RODRIGO SONCINI DE OLIVEIRA GUENA**

63

**Resumo:** O ensino jurídico brasileiro não se configurou, em sua origem, como amplo e acessível, e se encontrava restrito a parcelas específicas da sociedade. A conformação do atual patamar educacional é fruto de um processo histórico permeado por lutas sociais, transformações institucionais e pela gradual positivação de direitos voltados à universalização do acesso à educação. Nesse sentido, o presente artigo tem como propósito analisar a trajetória evolutiva do ensino jurídico, ressaltando os marcos normativos e institucionais que possibilitaram a expansão do ensino superior no Brasil, com foco nos elementos determinantes para sua democratização e efetividade. A metodologia adotada foi a hipotética-dedutiva, aliada a análise de diferentes artigos acadêmicos comparando os marcos históricos ressaltados por cada autor , além da apuração de pesquisas que interpretam o perfil socioeconômico dos estudantes da ciência jurídica através dos anos. Com o resultado desta análise, foi extraída a ideia de que o mais significativo para a democratização do acesso ao ensino jurídico no Brasil foi o direito à educação elencado no texto constitucional de 1988, mais especificamente dos artigos 205 ao 214, assegurando o acesso ao ensino como um dever a ser garantido pelo Estado. Essa garantia, somada à criação de universidades, sobretudo as públicas, possibilitou o ingresso de um maior número de alunos nas instituições de ensino superior e impulsionou a criação de programas e políticas públicas, como Prouni, Sisu e Fies, que viabilizaram esse acesso. Logo, conclui-se que o trajeto do ensino jurídico no Brasil demonstra que sua democratização foi resultado de um processo histórico marcado por lutas sociais, avanços institucionais e marcos normativos decisivos. A inclusão do direito à educação na Constituição Federal de 1988, associada à expansão das universidades públicas e à criação de políticas de acesso, consolidou o ensino jurídico como instrumento de efetivação da cidadania. Assim, a ciência do direito fortalece sua legitimidade ao se vincular à democratização do ensino e ao compromisso com a justiça social.

**Palavras-chave:** Brasil; Constituição Federal; democratização; ensino jurídico.

**Referências:**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES 2018.** Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

MELLO, Marco Aurélio. Direito e democracia e o papel do ensino jurídico. **Revista Estudos Institucionais**, v. 7, n. 2, p. 479-491, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/download/637/701/2767>. Acesso em: 17 set. 2025.

MORAES, José Afonso. **Ensino Jurídico no Brasil: 190 anos de história e desafios**. Porto Alegre: Editora OAB/RS, 2015.

**DESAFIOS CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**BRUNA APARECIDA DOS SANTOS PINTO AGUIAR  
LUIZ HENRIQUE ADAMI LOPES  
RODRIGO BERTOLOZZI**

65

**Resumo:** Os micro e pequenos empreendedores (MPEs) representam mais de 99% das empresas brasileiras e cerca de 30% do PIB, sendo fundamentais para a economia paulista. Apesar disso, enfrentam sérias dificuldades na gestão contábil e financeira, como falta de conhecimento técnico, planejamento inadequado, uso limitado de ferramentas de controle e problemas no cumprimento de obrigações fiscais. Com o objetivo de analisar os principais obstáculos enfrentados pelas MPEs na área contábil e discutir estratégias que possam fortalecer sua gestão financeira, com foco na utilização da contabilidade como aliada no processo de crescimento e sustentabilidade empresarial, foi realizada uma pesquisa de caráter aplicado, com abordagem quantitativa e qualitativa, na região de Votuporanga. O estudo envolveu 20 empreendedores e 15 contadores, utilizando questionários para identificar práticas, desafios e percepções sobre a contabilidade. Os resultados mostraram que 60% dos empreendedores possuíam contador, mas a maioria utilizava a contabilidade apenas para o cumprimento de obrigações fiscais. Em 75% das empresas, o próprio dono concentrava a gestão financeira, recorrendo principalmente a controles manuais ou planilhas eletrônicas. As principais dificuldades identificadas envolveram o fluxo de caixa, os tributos e a organização financeira. Já os contadores destacaram problemas como a mistura entre finanças pessoais e empresariais e a desorganização documental. Embora reconhecessem o potencial estratégico da contabilidade, afirmaram que esse potencial só era alcançado quando havia abertura por parte dos empreendedores. Concluiu-se que existia uma lacuna entre o potencial e a prática contábil nas MPEs, reforçando a necessidade de maior capacitação dos empreendedores, da adoção de tecnologias e da atuação consultiva dos contadores, de modo a tornar a contabilidade um instrumento efetivo de gestão e sustentabilidade empresarial.

**Palavras-chave:** contabilidade gerencial; desafios contábeis; gestão financeira; micro e pequenas empresas.

**Referências:**

BITTENCOURT, C. C.; OLIVEIRA, T. R.; LOPES, J. M. A. A carga tributária e seu impacto na gestão de microempresas: uma abordagem prática. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 6, p. 1023-1045, 2019.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade básica**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

## **DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UNIVERSITÁRIOS NO MERCADO DE INVESTIMENTOS**

**BRUNA FERNANDA FERREIRA MORETTI  
GABRIELA PARDO DIAS  
BRUNO VENANCIO DE SOUZA**

67

**Resumo:** A inserção dos jovens universitários no mercado financeiro tem crescido, impulsionada pelo avanço das plataformas digitais, pela democratização do acesso à informação e pelo desejo de independência econômica. Contudo, esse cenário ainda é marcado por entraves significativos, como a ausência de educação financeira formal nas instituições de ensino, a limitação de renda durante o período acadêmico e a insegurança diante dos riscos inerentes ao investimento. Diante dessa realidade, o objetivo central deste artigo é analisar os principais desafios que dificultam a participação dos estudantes no mercado de investimentos e propor estratégias compatíveis com sua realidade socioeconômica, respeitando suas limitações, mas também explorando seu potencial de aprendizado e autonomia. Para alcançar tal propósito, adotou-se uma metodologia quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, conduzida por meio da aplicação de questionário estruturado a 45 estudantes de diferentes cursos da UNIFEV, em abril de 2025. Os resultados apontaram que a maioria dos entrevistados ainda não investe, sendo a falta de recursos e de conhecimento os principais motivos. Observou-se também que conceitos como reserva de emergência e diversificação são pouco compreendidos, além da predominância da poupança como alternativa financeira mais conhecida. Concluiu-se que, embora exista motivação para investir, é necessário fortalecer a educação financeira, estimular a organização pessoal e oferecer estratégias práticas e acessíveis que incentivem a autonomia dos universitários. Tais medidas são fundamentais para formar investidores mais conscientes, preparados e alinhados a uma cultura econômica sustentável contribuindo não apenas para a vida individual desses jovens, mas também para o fortalecimento de uma sociedade financeiramente mais equilibrada e resiliente.

**Palavras-chave:** desafios; educação financeira; estratégias; investimentos

### **Referências:**

BERGER, Paulo. **Mercado de renda fixa no Brasil**: ênfase em títulos públicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciênciia, 2021.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**: um guia simples para construir riqueza. 1. ed. São Paulo: Sextante, 2011.

GRAHAM, Benjamin. **O investidor inteligente**. 1. ed. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2017.

THALER, Richard H; SUNSTEIN, Cass R. Nudge: **O empurrão para a escolha certa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

**DIREITOS DA PERSONALIDADE POST MORTEM: ENTRE A TUTELA DA MEMÓRIA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO VIRTUAL**

**GIOVANNI SABADOTTO MOLINA  
MARCELO AUGUSTO TRENTO DIAS  
OTÁVIO BATELLO  
BRUNO HENRIQUE PROCÓPIO SILVA**

68

**Resumo:** A rápida expansão da tecnologia digital transformou profundamente as relações sociais, econômicas e jurídicas, trazendo novos desafios para o Direito. Um desses desafios diz respeito à herança digital, conceito que envolve o destino de bens, contas e conteúdos virtuais após a morte de uma pessoa. Esse tema se conecta diretamente aos direitos da personalidade post mortem, como a proteção da imagem, da honra e da memória do falecido. No cenário atual, ainda existem lacunas legais sobre como esses bens e direitos devem ser tratados, o que gera debates acerca dos limites entre a tutela da memória e a exploração econômica da imagem. Por meio deste artigo, busca-se traçar uma análise baseada em fundamentos jurídicos encontrados na decisão decretada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Cível nº 1119688-66.2019.8.26.0100, onde ocorre a negação do direito de manter o perfil da rede social Facebook da filha, que veio a óbito, à sua mãe. O presente trabalho de pesquisa utilizou o método de raciocínio dialético, dado o caráter controverso do tema, que envolve a contraposição de princípios jurídicos: a tutela dos direitos da personalidade post mortem versus a autonomia contratual das plataformas digitais e o caráter personalíssimo da conta. A análise busca alcançar uma síntese que harmonize a proteção da memória do falecido com os aspectos econômicos da herança digital. A abordagem metodológica foi, ainda, qualitativa e documental, pautada na análise jurisprudencial e no estudo de caso da Apelação Cível, acima citada. A pesquisa verificou que contas de redes sociais são consideradas direito personalíssimo, que pertencem a apenas um indivíduo, não podendo ser transferido a herdeiros, a não ser que tenha valor patrimonial. Portanto, os termos de uso da plataforma em questão, Facebook, que preveem um fim para conta de usuário após sua morte, não são considerados ilegais ou abusivos por parte do Tribunal. Segundo esses termos, são oferecidas opções como excluir o perfil ou transformá-lo em memorial após a morte. O Tribunal destaca também que o acesso regular ao perfil da pessoa falecida é proibida pela plataforma. Conclui-se que a herança digital, ao envolver direitos patrimoniais e personalíssimos, exige do Direito soluções que conciliem a tutela da memória e da dignidade do falecido com os aspectos econômicos dos bens virtuais. A análise evidencia a importância de critérios claros que garantam segurança jurídica e respeito aos direitos da personalidade na era digital.

**Palavras-chave:** direitos da personalidade post mortem; herança digital; redes sociais; segurança jurídica

**Referências:**

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.562, de 2017.** Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,

para dispor sobre a herança digital. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017.

Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarIntegra?codteor=1604326&filename=Avulso+-PL+8562/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1604326&filename=Avulso+-PL+8562/2017) Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. [Código Civil (2002)]. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm) Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.468, de 2019**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a sucessão dos bens e contas digitais do autor da herança. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140239> Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº4, de 2025**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998> Acesso em: 09 out. 2025.

## ECOVILA SEMEAR: BIOFILIA E IDENTIDADE CULTURAL APLICADAS A UM NOVO ESTILO DE HABITAR

**SULAINÉ COSTA CORREIA  
AMALIA LUIZA POIANI GOMES BERALDI  
TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA**

70

**Resumo:** O atual modelo de urbanização, intensificado pela modernidade, caracteriza-se pela priorização da agilidade, do consumo e da entrega rápida de produtos, transformando de maneira significativa as relações comunitárias e a conexão do ser humano com a natureza. A cidade de estudo, Sebastianópolis do Sul, localizada no interior de São Paulo, apresenta em sua história uma forte essência comunitária que, ao longo do tempo, foi enfraquecida, assim como os vínculos entre o espaço urbano e o rural. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo propor uma vila rural de caráter ampliado, que integre habitação, vida comunitária e práticas sustentáveis. A proposta busca resgatar a identidade biofílica local, harmonizando a relação entre ser humano e natureza, ao mesmo tempo em que estimula a educação ambiental, a preservação da biodiversidade e a valorização da cultura comunitária. A metodologia adotada fundamenta-se em embasamento teórico, análise contextual e desenvolvimento projetual. Foram utilizadas referências bibliográficas e documentais que discutem a evolução urbana, as transformações socioespaciais e os impactos da modernidade. Também foram incorporadas contribuições de autores que abordam sustentabilidade, biofilia, bioarquitetura e modos de vida alternativos, além de artigos científicos, estudos de caso e materiais técnicos disponíveis em meios digitais. Os resultados apontam a vila ecológica como alternativa viável para revitalizar a comunidade rural, oferecendo moradia, espaços de convivência e oportunidades de interação em meio a um ambiente pautado pela preservação e potencialização da vegetação nativa. A proposta contribui para a conservação da fauna e flora, para a regeneração dos ecossistemas e para a conscientização ambiental, por meio da vivência prática em atividades sustentáveis. Conclui-se que a proposta de vila ecológica representa uma alternativa capaz de responder aos desafios contemporâneos da urbanização, além de resgatar a identidade comunitária da cidade. Assim, o projeto oferece soluções habitacionais inovadoras e necessárias, fundamentadas na biodiversidade, na convivência social e na valorização cultural como bases para uma vida mais equilibrada, consciente e significativa.

**Palavras-chave:** biodiversidade; comunidade; cultura; ecovilas; sustentabilidade

**Referências:**

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens**. São Paulo: Senac, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

WILSON, Edward O. **Biofilia**. Tradução de João da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

**AMANDA SANTOS BARBIERI  
CAMILE VICTORIA DOS SANTOS  
MARCOS PAULO SEGANTINI BORGES DOS SANTOS**

72

**Resumo:** O presente artigo discute a importância da educação financeira desde a infância como estratégia essencial para formar cidadãos conscientes e preparados para os desafios econômicos da vida adulta. A pesquisa parte da constatação de que muitos adultos enfrentam dificuldades por não terem sido alfabetizados financeiramente quando crianças. Isso reforça a necessidade de inserir o tema nas escolas e no ambiente familiar, promovendo desde cedo o consumo responsável, o planejamento e a autonomia. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Kiyosaki, Cerbasi e Parente, que defendem o ensino precoce de finanças, abordando tanto aspectos técnicos quanto comportamentais e afetivos. Eles destacam que ensinar crianças a poupar, planejar e tomar decisões conscientes contribui para a formação de hábitos financeiros saudáveis e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, realizado com alunos do ensino fundamental (10 a 12 anos), por meio de questionários e observações em sala de aula. Os dados mostraram a ausência de uma disciplina formal sobre finanças no currículo e a pouca orientação por parte das famílias. Apesar disso, observou-se grande interesse das crianças pelo tema, especialmente quando abordado com exemplos práticos e recursos lúdicos. Uma das atividades que mais gerou impacto foi a comparação entre ovos de Páscoa de marcas conhecidas e chocolates comuns, permitindo aos alunos refletirem sobre publicidade, valor simbólico e consumo consciente. Esse tipo de abordagem facilitou a compreensão dos conceitos financeiros e estimulou o pensamento crítico. Conclui-se que é possível integrar a educação financeira ao cotidiano escolar de forma transversal e significativa. O uso de jogos, histórias e situações do dia a dia se mostrou eficaz para envolver os alunos e facilitar o aprendizado. Além disso, destaca-se a importância da participação da família e da capacitação dos professores no processo. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que incluam a educação financeira nos currículos desde os primeiros anos do ensino básico, como forma de combater o analfabetismo financeiro e promover uma sociedade mais equilibrada e autônoma.

**Palavras-chave:** educação financeira infantil; consumo consciente; ensino fundamental; planejamento financeiro.

### Referências:

- CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. 1. ed. São Paulo: Sextante, 2019.
- KIYOSAKI, R. T. **Pai rico, pai pobre**. São Paulo: Alta Books, 2017. 336 p.
- PARENTE, Lucas. **Passos pequenos, sonhos grandes**: educação financeira para jovens. 1. ed. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2024.

KIYOSAKI, R. T. **O poder da educação financeira.** São Paulo: Alta Books, 2017. 368 p.

**EFICIÊNCIA FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA “S”: UMA ANÁLISE DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

**MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES  
LUCAS CALDEIRA GUIRALDELLI**

74

**Resumo:** O Sistema S é formado por um conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos, financiadas por contribuições parafiscais, que desempenham papel fundamental no desenvolvimento social, profissional e econômico do Brasil. Criado para atender demandas específicas de diferentes setores produtivos, esse sistema atua na qualificação da mão de obra, no fomento ao empreendedorismo e na promoção da cidadania, ampliando o acesso da população a serviços de educação, cultura, lazer e saúde. Apesar da relevância reconhecida, essas instituições são frequentemente alvo de questionamentos relacionados à transparência na gestão e à eficiência na aplicação dos recursos públicos que recebem. Este estudo teve como objetivo analisar a eficiência financeira e o impacto social do Sistema S, considerando sua importância no fortalecimento do mercado de trabalho e na contribuição para o desenvolvimento sustentável do país. Para isso, foi adotada uma metodologia de abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos, de modo a oferecer uma visão mais ampla e precisa da realidade investigada. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário eletrônico com perguntas fechadas e abertas, disponibilizado ao público, o qual obteve 28 respondentes que já haviam utilizado serviços oferecidos por pelo menos uma das entidades do Sistema S. Os resultados evidenciaram que a percepção dos participantes em relação ao Sistema S é majoritariamente positiva, destacando a qualidade, acessibilidade e relevância dos serviços prestados. Muitos relataram ganhos pessoais e profissionais, como melhor capacitação, aumento das oportunidades no mercado de trabalho e, em alguns casos, melhora na renda familiar. Contudo, também emergiram críticas relacionadas à necessidade de maior divulgação dos serviços e à ampliação do alcance das ações. Conclui-se, portanto, que o Sistema S cumpre de forma satisfatória sua missão institucional e social, sendo reconhecido como um agente de transformação. Entretanto, para consolidar ainda mais sua legitimidade perante a sociedade, recomenda-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, maior integração com políticas públicas e estratégias de comunicação mais eficazes, capazes de ampliar a visibilidade e o impacto positivo de suas iniciativas.

**Palavras-chave:** sistema s; eficiência financeira; impacto social; gestão de recursos

**Referências:**

- MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.76. ISBN 9786553627055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627055/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MILHOMEM, Ana Léa de Vasconcelos. "As entidades do sistema “s”(ess) e a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).", 2014.

NIQUITO, T. W., ELY, R. A., RIBEIRO, F. G. Avaliação de impacto das assistências técnicas do sistema s no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, nº 2, p. 196-216, 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). **Manual de planejamento público**. São Paulo: TCE-SP, 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-planejamento-publico>. Acesso em: 26 jun. 2025.

75